



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 554/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10969/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Fundo de Pensões e Aposentadorias de Envira - FAPENV.

4- Exercício: 2013.

5- Responsáveis: Senhora Antônia Enilda da Silva Pinheiro (Secretária de Administração Municipal responsável pelo pagamento dos benefícios no período de 01.01.2013 a 18.12.2013) e do Senhor Júlio Chagas de Pinho Mattos (Presidente do Conselho de Administração e Ordenador de Despesas no período de 19.12.2013 a 31.12.2013).

6- Unidade Técnica: Relatório Conclusivo n. 11/2014-DICERP, fls. 1267/1342 e Informação Conclusiva n. 03/2015-DICERP, fls. 1384/1389.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer n. 1106/2015-DMP-MPC-FCVM, fls. 1390/1397 - Procuradora de Contas Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça.

8- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Pensões e Aposentadorias de Envira - FAPENV. Exercício de 2013.

Contas irregulares (período de 01.01.13 a 18.12.13) e regulares (período de 19.12.13 a 31.12.13). Multas aos responsáveis. Revelia do ex-gestor. Prazo. Determinações e recomendações que se fazem necessárias.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1 - Julgar IRREGULAR a prestação de contas da **Sra. ANTÔNIA ENILDA DA SILVA PINHEIRO**, ordenadora de despesa do FAPENV, referente ao período de 01.01.13 a 18.12.13, nos termos do art. 1º, II e art. 22, III, “c” da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 5º, II, da Resolução nº 04/2002 – RI/TCE;

9.2 - APLICAR MULTA à **Sra. ANTÔNIA ENILDA DA SILVA PINHEIRO**, ordenadora de despesa do FAPENV, no período de 01.01.13 a 18.12.13:

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 554/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

a) no valor de **R\$ 1.096,03 (um mil e noventa e seis reais e três centavos)** por cada mês de competência em que houve atraso no envio de dados via ACP, ou seja, de **janeiro a setembro de 2013, totalizando o valor de R\$ 9.864,27 (nove mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e vinte e sete centavos)**, com fulcro no art. 308, II, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

b) no valor de **R\$ 13.152,38 (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e oito centavos)**, com fulcro no art. 308, VI, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pela Resolução n. 25/2012-TCE/AM, por ato praticado **com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial** devido à restrição não sanada dos subitens 1.1.32 e 2.2.1 do Relatório/Voto.

9.3 - JULGAR REGULAR a prestação de contas do **SR. JÚLIO CHAGAS DE PINHO MATTOS**, Presidente do Conselho de Administração do FAPENV, referente ao período de 19.12.13 a 31.12.13, conforme art. 188, II, § 1º, I, da Res. TCE nº 04/02 c/c arts. 6º, 19, II, e 22, I, da Lei nº 2.423/96;

9.4 - APLICAR MULTA ao **Sr. IVON RATES DA SILVA**, Prefeito do Município de Envira no exercício de 2013, no valor de **R\$ 13.152,38 (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e oito centavos)**, com fulcro no art. 308, VI, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pela Resolução n. 25/2012-TCE/AM, por ato praticado **com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial** devido às restrições não sanadas nos subitens 2.1.1 e 2.1.2 do Relatório/Voto;

9.5 - CONSIDERAR REVEL o Sr. **ZILDO FRANÇA DE LIMA** – ex-presidente do FAPENV, nos termos do art. 20, §4º, da Lei n. 2.423/96, devendo lhe ser **aplicada a multa** no valor de **R\$ 2.192,06 (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos)**, prevista no art. 54, IV, da Lei nº 2.423/96 c/c ART. 308, I, a, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, à diligência ou decisão do Tribunal**;

9.6 - APLICAR MULTA ao Sr. **ZILDO FRANÇA DE LIMA** – ex-Presidente do FAPENV, no importe de **R\$ 17.536,51 (dezessete mil, quinhentos e trinta e seis reais e cinquenta e um centavos)**, conforme o esculpido no 54, inciso II, da Lei n. 2.423/1996 c/c o art. 308, inciso VI, da Resolução n. 04/2002, por ato praticado **com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial** devido às restrições não sanadas nos subitens 2.3.1, 2.3.2, 2.3.2.1, 2.3.2.2, 2.3.2.3, 2.3.2.4, 2.3.2.5, 2.3.2.6, 2.3.2.7, 2.3.2.8, 2.3.2.9, 2.3.2.10, 2.3.2.11, 2.3.2.12, 2.3.2.13;

9.7 – FIXAR O PRAZO de 30 (trinta) dias para o recolhimento dos valores mencionados acima aos cofres da Fazenda Pública de Envira, com comprovação perante esta Corte de Contas, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art. 72, III, “a”, da Lei Estadual n. 2.423/1996 c/c art. 169, I, e art. 174, ambos da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

**Estado do Amazonas**
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº 554/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.8 - AUTORIZAR, caso os valores das sanções não sejam recolhidos dentro do prazo estabelecido, a inscrição dos débitos na Dívida Ativa pela Fazenda Pública Estadual, bem como a instauração da cobrança executiva, em consonância com o art. 173 da Subseção III e da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

9.9 - DETERMINAR:

- a. **ao SR. IVON RATES DA SILVA**, o cumprimento disposto na análise da defesa das restrições parcialmente sanadas 1.2.1, 1.2.2 e 2.1.2;
- b. **ao atual responsável pelo FAPENV**, o cumprimento do disposto na análise da defesa das restrições parcialmente sanadas constantes nos subitens 1.1.2, 1.1.3, 1.1.4, 1.1.5, 1.1.6, 1.1.7, 1.1.8, 1.1.9, 1.1.10, 1.1.11, 1.1.12, 1.1.13, 1.1.14, 1.1.15, 1.1.16, 1.1.17, 1.1.18, 1.1.19, 1.1.20, 1.1.21, 1.1.22, 1.1.23, 1.1.24, 1.1.25, 1.1.26, 1.1.27, 1.1.28, 1.1.29, 1.1.30, 1.1.31, 1.1.33, 1.1.34 e 2.2.1.

9.10 - RECOMENDAR:

- a. **ao Sr. IVON RATES DA SILVA**, Prefeito do Município de Envira, o cumprimento do disposto na análise da defesa da restrição 1.2.3 do Relatório/Voto;
- b. **ao Sr. RAIMUNDO LIRA DE CASTRO**, Presidente da Câmara de Vereadores, o cumprimento do disposto na análise da defesa da restrição 1.3 do Relatório/Voto.
- c. **Ao atual gestor do FAPENV** que instaure procedimento administrativo disciplinar em face do Sr. ZILDO FRANÇA DE LIMA, ex-presidente do FAPENV e ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo da Secretaria de Educação, em razão dos fortes indícios de irregularidades nas movimentações bancárias a débito da conta corrente do FAPENV e de possível pagamento de remuneração após sua saída do órgão, o que caracterizaria pagamento indevido e, portanto, dano ao erário. Não olvidando ainda da apuração de omissão na realização das condutas listadas nos itens 2.3.1, 2.3.2, 2.3.2.1, 2.3.2.2, 2.3.2.3, 2.3.2.4, 2.3.2.5, 2.3.2.6, 2.3.2.7, 2.3.2.8, 2.3.2.9, 2.3.2.10, 2.3.2.11, 2.3.2.12, 2.3.2.13 do Relatório/Voto;

9.11 - ORDENAR que a próxima Comissão de Inspeção in loco verifique o cumprimento das determinações emanadas pelo Tribunal de Contas;

9.12 - REMETER cópia do presente feito, inclusive, da decisão que vier a ser proferida nos presentes autos, ao Departamento dos Regimes de Previdência do Serviço Público - DRPSP subordinado à Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS do Ministério da Previdência Social para adoção das medidas que entender pertinentes, bem como ao Ministério Público Estadual.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº 554/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Vencido: o Conselheiro Raimundo José Michiles, que divergiu do voto do Relator no tocante à responsabilização do ex-gestor Zildo França de Lima.

10- Ata: 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 05 de agosto de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Conselheiro Convocado Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral